

# **RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO PROJETO PIBID INTERDISCIPLINAR NO CAMPUS PINHEIRO-UFMA.**

Inara Guterres Silva\*

Adriano Farias Rios\*\*

## **RESUMO**

O presente trabalho é fruto da análise de um projeto de intervenção intitulado: Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tendo como ponto de partida as experiências vivenciadas no PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) contando com a abordagem Interdisciplinar. Tendo como ponto de partida a educação das relações étnico-raciais no currículo escolar assegurado pela lei nº 10.639/03. O referido projeto foi desenvolvido no Centro de Ensino José de Anchieta, em Pinheiro-MA com a proposta de inserir graduandos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) campus Pinheiro, do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas e de Ciências Naturais em processo de formação docente na escola, bem como, discutir as relações étnico-raciais no currículo escolar. Para tanto, buscou-se ações formativas e interativas no ambiente educativo da escola.

Palavras-chave: Educação. Relações Étnico-Raciais. Currículo Escolar.

## **ABSTRACT**

The present work is the result of the analysis of an intervention project entitled: Education of ethnic-racial relations and for the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture based on the experiences of PIBID (Institutional Initiation Scholarship Program). Teaching) relying on the Interdisciplinary approach. Taking as its starting point the education of ethnic-racial relations in the school curriculum provided by Law No. 10.639 / 03. This project was developed at the José de Anchieta Teaching Center in Pinheiro-MA with the proposal of inserting students

---

\* Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas com habilitação em História do Centro de Ciências Humanas, Naturais, Saúde e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão.

\*\* Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas com habilitação em História do Centro de Ciências Humanas, Naturais, Saúde e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão e orientador deste trabalho de conclusão de curso.

from the Federal University of Maranhão (UFMA) Pinheiro campus, the Interdisciplinary Degree in Human Sciences and Natural Sciences in formation process. teacher at school, as well as discuss ethnic-racial relations in the school curriculum. To this end, we sought formative and interactive actions in the educational environment of the school.

Keywords: Education. Ethnic-Racial Relations. School curriculum.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal motivação expor a experiência vivenciada no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) na UFMA - Campus Pinheiro, Maranhão especificamente no sub-projeto com o título “ *Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*”, o projeto em questão é um trabalho de complementação para o meio educacional, enfatizando os desafios encontrados em executar e valorizar as relações étnico-raciais no ambiente escolar, além de proporcionar possibilidades de ampliação do conhecimento e valorização da História e Cultura Africana.

Para tanto, este estudo teve como campo de investigação as ações desenvolvidas por bolsistas do PIBID na escola José de Anchieta Ensino Médio em Pinheiro em parceria com a Universidade Federal do Maranhão. Dentro desse campo venho destacar as dificuldades enfrentadas no ambiente escolar e os desafios para atuação dos bolsistas dentro da escola José de Anchieta. O contato entre a escola e universidade através do PIBID surge com um caminho novo de implementação de uma educação inovadora aliando novas práticas educativas e reformulando o currículo escolar.

Nessa perspectiva, as práticas educativas desenvolvidas ao longo do projeto têm como base a implementação da Lei nº 10.639/2003, que regulamenta a Educação das Relações Étnico-raciais no currículo escolar e no ambiente educativo como todo, com finalidade de inserir os estudos africanos e afro-brasileiros, diminuir preconceitos no ambiente escolar e mostrar as diversas culturas que construíram a história do povo brasileiro.

A partir disso, temos como objetivos apresentar a experiência vivenciada dentro do projeto PIBID interdisciplinar por bolsistas do programa, e em seguida, relacionar os caminhos existentes na implementação da Lei nº 10.639/2003 que trata das relações étnico-racial no ambiente escolar, e por fim, destacar as ações desenvolvidas no decorrer do projeto voltadas para as relações étnico-raciais.

Assim, a proposta de trabalhar essa temática deu-se principalmente pela minha participação enquanto bolsista do Projeto PIBID Interdisciplinar, essa experiência como observador-participante serviu como motivação para o desenvolvimento desse trabalho. As ações desenvolvidas no projeto por bolsistas tinham a finalidade de desenvolver a prática docente dentro do cotidiano escolar. Como metodologia se tornou necessário as pesquisas bibliográficas relacionadas a temática, e os registros das ações desenvolvidas no projeto, os relatórios de outros bolsistas do projeto PIBID Interdisciplinar e análise de fotos das referidas ações.

Para isso, esse artigo conta com os seguintes tópicos: processo ensino/aprendizagem; considerações sobre as relações étnico-raciais; a educação étnico-racial; o projeto PIBID interdisciplinar; a atuação do PIBID Interdisciplinar na escola; os caminhos da implementação da lei nº 10.639/2003; a visão dos bolsistas no cotidiano escolar; e o material didático da cor da cultura.

## **2 PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.**

A importância de trabalhar questões étnicas nas escolas além de ser um direito perante lei é uma forma de inclusão no que se refere o reconhecimento das diversas identidades étnicas, bem como, a valorização da cultura do outro. Dentro do ambiente escolar deve ser aprendido a relação com o mundo e com o cotidiano que identifique a pluralidade racial existente no Brasil envolvendo questões de cor, raça, religião, cultura, música, Arte como temáticas merecedoras de identificação. Nesse contexto, se faz necessário a reformulação do currículo escolar para que isso aconteça, posto que:

O currículo escolar é uma prática social complexa, construída historicamente, vinculada as relações sociais, políticas, econômicas e culturais. A sua análise, por conseguinte, não se restringe às questões internas das instituições educacionais, visto que as aprendizagens realizadas nesse espaço não ocorrem no vazio. (PIRES; REGIS, 2011, p. 79.)

O currículo escolar vem encaixar novas possibilidades de ensino, isso envolvendo não somente o ambiente escolar nesse processo, mas, a relação do estudante com o meio em que está inserido, ou seja, o conhecimento adquirido na escola só faz sentido quando relacionado com a sociedade. Assim, são mencionadas que as questões étnico-raciais que requer de uma análise bem mais aprofundada, não só no currículo escolar, mas, na maneira de como esse processo vai se adequar nesse espaço.

[...] compreender o currículo como construção social que preenche a escolaridade de conteúdos e orientações leva a análise dos contextos concretos que lhe dão forma e conteúdo, antes de adquirir concretude como experiência de aprendizagem para os alunos. (PIRES; REGIS, 2011, p. 79).

Contudo o currículo não deve ser visto apenas como algo estático e feito sem pretensões, além disso, é instrumento flexível e que tem como finalidade transformar conteúdos, práticas e ambientes educativos, ou seja, na prática deve se relacionar com todo o meio educacional e com as questões que envolvem a realidade do aluno. Por isso, todo currículo escolar é seletivo culturalmente e na maioria tem como função refletir os valores estabelecidos pelas classes dominantes ou por um ensino que dê ênfase a cultura eurocêntrica.

Sobre cultura escolar Pires e Regis (2011) ressaltam que os conteúdos selecionados através do currículo escolar omitem a participação das minorias raciais na sociedade brasileira, mas a História desse povo não ocorreu paralela ou como um fator de pouca importância, na verdade, esse povo excluído culturalmente é a História do Brasil. Questões que envolvem a cultura de um povo por exemplo, vem bater de frente com o modelo de currículo tradicional apresentado na escola.

De modo geral, o entendimento da cultura através do estudo das relações étnico raciais vem abrindo espaços para novas formas de ensino-aprendizagem, pois, o entendimento e valorização da história de um povo passa pelo o que é ensinado na escola. Por isso é válido o estudo da variedade de culturas, e isso deve ser questionado nos conteúdos programáticos do currículo escolar.

Dentro do processo de adequação de conteúdo do currículo escolar, ainda são vistas distorções da participação das minorias raciais na História brasileira, pois, a História dos diversos povos que compõe essa narrativa não devem ser um capítulo à parte, ou seja, dentro da História do Brasil houve a participação de povos de origens diversas.

Partindo dessa problemática, cultura e currículo estão relacionadas dentro de um processo de construção do conhecimento e deve ser visto além do fundamento político. Assim ações podem ser envolvidas, com o propósito de inserir novas ações educativas menos excludentes. Quero destacar dentro dessa discussão a implementação da lei nº 10. 639/2003 que vem assegurar a participação das relações étnico-raciais na escola, abordando o direito de integração igualitária de todas as raças.

## **2.1 A educação étnico-racial**

A educação apresenta características particulares e desafios que são enfrentados diariamente, isso pode ser encontrado nas práticas de ensino, nas relações interpessoais na escola que envolvem a diversidade dentro desse ambiente. Por isso, é necessário pensar a educação étnico-raciais, bem como, os desafios e caminhos para a implementação de leis e ações educativas voltadas para essa realidade.

Contudo vale ressaltar que embora haja distinção entre educação e política é necessário considerarmos a existência de uma relação entre ambas, pois, toda prática educativa possui uma dimensão política e vice-versa. Sendo uma questão que requer uma análise mais profunda, como nos apontam Viana (2015, p. 52):

Considerando a relação entre a política e a educação, podemos constatar a existência de desigualdade apontadas, principalmente em âmbito educacional, para a compreensão da necessidade de valorização da educação étnico-racial e do compromisso do Estado com a população negra.

Partindo do ponto de vista citado anteriormente, a educação oferece situações que vão além dos bancos escolares, ou seja parte da ideia de que é necessária uma visão da sociedade como um todo ou seja, uma compreensão maior principalmente no que se refere as relações étnico-raciais como um compromisso que envolve a população, para que aconteça uma educação mais democrática e humanística. Nesse sentido, Viana (2015, p. 58), complementa:

[...] mediante o processo educativo, é possível provocar uma mudança na formação da mentalidade que contemple a luta pela promoção da igualdade social, sem discriminação, sem exclusão, que garanta o respeito à pluralidade cultural e à diversidade étnico-racial por meio de políticas públicas.

Dentro desse pensamento crítico fica evidente que o processo educacional requer um entendimento sobre direitos estabelecidos nas políticas públicas para que haja possibilidades de mudança na mentalidade dentro e fora do sistema educacional. Isso sem dúvida envolve a compreensão real da sociedade, bem como a compreensão da diversidade cultural existente nela, o termo étnico reforça esse pensamento, pois,

É importante, também, explicar que o emprego do termo étnico, na expressão étnico-racial, serve para marcar as relações tensas advindas das diferenças na cor da pele e nos traços fisionômicos. Demonstra ainda, a raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das origens indígenas, europeia e asiática. (BRASIL, 2013, p. 16).

Dando relevância a esse termo dentro da perspectiva abordada nesse estudo, faz-se uma ligação das relações estabelecidas na sociedade com a existente no ambiente escolar. A temática étnico-raciais é uma abordagem necessária para estabelecer formas de uma reeducação sobre o entendimento do termo étnico e das relações diversas da sociedade. A proposta de trabalhar com a referida abordagem teve como parceria a Lei nº 10.639 (2003) como mecanismo de edificação dessa temática, estabelecendo estratégias em favor do ambiente escolar. No que tange a referida lei.

Nessa perspectiva, em 9 de janeiro de 2003, a Lei Federal 10.639 foi aprovada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que houve a alteração na Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), acrescentando o seguinte artigo:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira.

Parágrafo 1.o- O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

Parágrafo 2.o- Os conteúdos referentes a História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003).

Com a referida lei se tornou obrigatório o ensino da História e da cultura afro-brasileira nas escolas. Com intuito de diminuir o preconceito e o racismo presente nesses grupos minoritários e assim contribuir para uma cidadania igualitária, acreditando na escola como um espaço para formação de cidadãos conscientes e críticos.

## **2.2 Os caminhos da implementação da Lei nº 10.639/2003**

Os desafios enfrentados na implementação da Lei nº 10.639 (2003), obriga o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares tendo como tarefa diminuir o preconceito e a discriminação no ambiente escolar. Essa lei “[...] altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) e pode ser considerada uma reivindicação do Movimento Negro” (GOMES, 2012, p. 19), a referida lei pode ser entendida como uma resposta do Estado em prol da democracia e em favor da diversidade, assim a educação étnico-raciais pode ser usada como uma ferramenta essencial no processo contra a desigualdade racial na escola e na sociedade.

A implementação da Lei nº 10.639/2003 passou por inúmeros processos é o resultado da História de luta e resistência ao longo dos tempos para que o negro pertencesse aos bancos escolares com seus direitos iguais dos brancos. A FNB (Frente Negra Brasileira) e o TEM (Teatro Experimental do Negro) foram exemplos de luta por igualdade de direitos. Isso fica evidente no trecho a seguir:

Nessa luta também se insere a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada na cidade de São Paulo, em 16 de setembro de 1931, na da Era Vargas (1930 a 1945); esta surge como uma estratégia de organização conscientização e conquista por melhores condições sociais. Nesse período instalou-se um clima de expectativa de melhoria de vida para negros, que declararam apoio ao movimento golpista. A Frente Negra fundou uma escola primária que desenvolveu atividades no período de 1934-1937. (VIANA, 2015, p. 64).

Durante o processo de luta por seus direitos pode-se destacar ainda o Movimento Negro dentro dessa construção em favor das lutas por igualdade entre os povos. Partido daí ações mobilizadoras em função do direito do negro como participantes dessa luta, assim é importante destacar: a Imprensa Negra, a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro e o Movimento Negro Unificado. (VIANA, 2015, p. 65). Esses movimentos tiveram significados que levou ao afunilamento dessas diferenças, que teve como resultado a participação da sociedade.

Assim se abria novas portas para a população negra brasileira, onde foi possível o encontro do negro na sociedade de forma mais ativa e com voz atuante através de publicações de jornais, revista, teatro, conferências, congressos que possibilitaram a visibilidade de movimentos em favor do negro e de uma nova história para esse povo. Segundo Viana (2015, p. 70),

Um das primeiras aberturas dadas ao Movimento Negro pelo setor público surgiram no fim da década de 1980, com o processo de redemocratização do País, em que foram criados Conselhos de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra nos estados de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Eles objetivavam implementar políticas públicas de valorização que facilitassem a inserção qualificada da população negra em instâncias públicas, a maioria delas de cunho cultural.

Segundo essa informação, fica explícito que o Movimento Negro teve sua força em favor da população negra no Brasil com a criação dos conselhos e da expansão pelo estado brasileiro de movimentos sociais e de políticas públicas para conquista de espaço e direitos, não só no meio educacional como já foi mencionado, mas, na aceitação e respeito a cultura e História. Como mencionado por Viana (2015, p. 71):

Outras ações, na década de 1980, foram tomadas como âmbito governamental em relação à questão racial, dentre elas, a instituição oficial do dia 20 de novembro, dia de aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, como o *Dia Nacional da consciência Negra*, que é comemorada atualmente em todo o país. Nessa década, convém destacar a atuação do Movimento Negro no processo de discussão e elaboração da Constituição Federal, de 1988. Vários encontros foram realizados em todo o país, culminando em Brasília, em 1986, com a Convenção Nacional “O Negro e a Constituinte” que apresentou como resultado propostas para comissão da Assembleia Nacional Constituinte.

Dessa forma, a legislação vigente é um reflexo das conquistas para a sociedade brasileira, em favor dos direitos pela igualdade racial abrindo caminhos para a luta e conquista de novas portas. Nesse sentido, a implementação da lei nº 10.639 (2003) é um caminho a ser seguido para a abertura de novas estratégias de ensino-aprendizagem mais democrático e é sem dúvida uma conquista para a sociedade. No entanto, como dizem Pires e Regis (2011, p. 104).

A lei não é suficiente para alterar as Relações Étnico-Raciais, mas pode ser um bom começo. É resultado de disputas políticas para a configuração da realidade e pode suscitar a discussão sobre essa temática na escolarização, assim como pode possibilitar que mudanças mais profundas sejam reivindicadas.

A proposta da Lei nº 10.639 (2003) apresenta uma nova reformulação do ensino de História na educação básica. Apesar de não ter sido aceita desde o início e dos caminhos enfrentados até hoje para sua implementação a lei é um marco para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, no entanto, outras ações educativas em torno da temática são necessárias como novas estratégias de ensino e a mobilização permanente no cotidiano escolar em favor da igualdade de direitos, nesse sentido, o projeto PIBID interdisciplinar buscou essa participação ativa na escola visando atender essas particularidades do ambiente educativo.

### 3 O PROJETO PIBID INTERDISCIPLINAR

O subprojeto PIBID Interdisciplinar<sup>1</sup> foi desenvolvido no Centro de Ensino José de Anchieta situada no Município de Pinheiro-MA, tendo como objetivo executar ações ligadas à temática das relações étnico-raciais no ambiente escolar envolvendo graduandos em formação pertencentes as licenciaturas de Ciências Humanas e Naturais da UFMA- campus Pinheiro. O projeto teve como base a Lei Federal nº 10.639 (2003) e a discussão interdisciplinar entre diversas abordagem para a temática étnico-racial, envolvendo diversas atividades e áreas do conhecimento.

Para efetivação desse projeto no ambiente escolar foram necessárias ações formativas voltadas para a temática étnico-racial para estudantes, professores, funcionários e gestores da Escola José de Anchieta e da UFMA- Campus de Pinheiro. Dentre as atividades desenvolvidas referentes a proposta do projeto foram realizadas: reuniões periódicas, divisão em grupo dos participantes, seminários sobre temas de pesquisa em relação as questões étnico-raciais, elaboração de plano de ação, oficinas, palestras, minicursos, formação continuada para professores e bolsistas envolvidos no projeto e como culminância dessas atividades anualmente era organizada a Semana da Consciência Negra realizada na Universidade Federal do Maranhão- Campus Pinheiro em parceria com a escola onde era aplicado o projeto.

Essas atividades eram desenvolvidas pelos bolsistas como planejamento e organização de atividades em torno da temática do projeto, assim como levar para o ambiente escolar atividades formativas, aliar o conhecimento teórico com a vivência prática na escola, dinamizar o ensino e divulgar conhecimentos sobre as relações étnico-raciais. A Semana da Consciência Negra<sup>2</sup> envolvia atividades culturais e artísticas resultantes de atividades desenvolvidas no decorrer do projeto, como apresentação de grupos de tambor de crioula, grupos de capoeira, oficinas de danças e pinturas africanas, desfiles de beleza negra, rodas de conversas, debates e apresentações envolvendo a temática trabalhada.

A Semana da Consciência Negra para o projeto PIBD interdisciplinar, e para os pertencentes do projeto era um momento de demonstrar resultados, pois, nos dias a semana do evento eram realizados encontros com proposta de apresentação de atividades que servissem de incentivo para a participação dos alunos e a presença da sociedade acadêmica. Nesse período eram

---

<sup>1</sup> “O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) tem como objetivo contribuir para a formação de professores no ensino básico, a partir de realizações de atividades pedagógicas e concedendo bolsas para estudantes de licenciatura inseridos nesse programa” (KUBOYANA; URRUTIA; CARVALHO, 2014, p. 2). O PIBID Interdisciplinar foi um estímulo aos acadêmicos de licenciaturas que vivenciaram momentos de práticas docentes.

<sup>2</sup> O dia Nacional da Consciência Negra é celebrado, no Brasil, em 20 de novembro. A data foi escolhida por coincidir com dia atribuído à morte de Zumbi dos palmares, em 1695, uma das maiores lideranças negra do Brasil que lutou pela libertação do povo contra o sistema escravista.

organizadas exposições de livros, materiais produzidos pelos alunos da escola José de Anchieta, ornamentação do local com a proposta de divulgar a cultura, religião, costumes e tradições do povo afro-brasileiro.

Durante todo processo de preparação para o evento tivemos a supervisão dos coordenadores do projeto e professores da escola. Os trabalhos desenvolvidos dentro da Semana da Consciência Negra tiveram a participação maciça dos professores coordenadores e supervisores do projeto, assim levar para a prática todo um plano de organização de um evento. Levar questões que envolvem a cultura, religião de um povo étnico e mostrar para os participantes desse evento que aquilo que está sendo mostrado tem seu significado, que não é apenas gestos ou formas de movimentar o corpo como no caso das danças afro-brasileiras e da capoeira (Foto 1) por exemplo.

Foto 1 - Apresentação do grupo de capoeira.



Fonte: Ferraz (2016a)

Essa manifestação cultural, apresenta uma variedade de situações como a arte e a dança por exemplo, além de ter um histórico de resistência dos negros ao longo da História, contamos com a participação do grupo: Raízes, um grupo de capoeira da cidade de Pinheiro-MA, que sempre se disponibilizou em nos ajudar nos eventos na parte das apresentações culturais. O uso das danças e manifestações artísticas são enfatizadas no evento por trazer de forma lúdica as formas de resistência do povo negro.

No entanto, essa manifestação é pouco valorizada na nossa cidade, isso era exposto pelos integrantes do grupo Raízes em todas as apresentações feitas na Universidade, os integrantes realçavam a falta de incentivo para a manutenção do grupo, além da falta de ações públicas que incentivassem jovens a participarem do grupo.

Nesse contexto, A Semana da Consciência Negra como uns dos pontos importantes do projeto, essa por sua vez, serviu para apresentar um pouco da história, da cultura e religião do povo negro, dentro da universidade em parceria com a escola campo. Nesse momento havendo um

espaço para trabalhar a parte a questão das relações étnico- raciais de forma lúdica, com apresentações de músicas, danças, por exemplo. Diminuindo assim uma parte do preconceito existente por parte da cultura afro-brasileira, no que diz respeito a tudo aquilo que vem da África.

O PIBID interdisciplinar voltado para as relações étnico-raciais, teve uma organização com ideais e propostas condizentes com a realidade da escola-campo. Vale destacar a trajetória e idealização do projeto, lembrado por uma bolsista participante desde o início das atividades do PIBID Interdisciplinar:

O projeto inicialmente foi coordenado pelo Prof. Dr. Marcelo Pagliosa e com o auxílio da Prof. Dra. Kátia Regis e dos supervisores Prof. Osiel Pires e Profa. Rosele Freitas, com a colaboração de vinte bolsistas, os quais eram alunos dos cursos de Licenciatura em Ciências Humanas e Ciências Naturais da UFMA campus Pinheiro. A parti do ano 2015 o Pro. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi assumiu a coordenação do projeto com o auxílio da Profa. Ms. Maria da Guia os quais deram continuidade ao trabalho até a sua conclusão (FERRAZ, 2018, p. 5).

Seguindo com novos supervisores na escola, com os Prof. Dílson Raiol da Silva e Prof. Dianary Mesquita de Oliveira. O projeto PIBID Interdisciplinar, desenvolveu atividades referentes a educação das relações étnico-racial na escola José de Anchieta em parceria com a Universidade Federal do Maranhão, os bolsistas, coordenadores, professores e supervisores fizeram um trabalho de acordo o que condiz a Lei nº 10. 639 (2003), esse sendo um trabalho voltado para a valorização do das relações étnico-raciais dentro da escola.

### **3.1 A atuação do PIBID Interdisciplinar na escola.**

Dentro das atividades desenvolvidas pelos participantes do projeto PIBID interdisciplinar apresentou-se os desafios de trabalhar a cultura e as religiões de matriz africana nas escolas foi o mais desafiador, apesar da realidade da escola e da origem dos alunos que na maioria eram de comunidade quilombolas como dos povoados Pirinã e Santana dos Pretos, percebemos uma resistência dos alunos que não se identificam com a cultura afro-brasileira e resistem em conhecê-la. A História da formação do povo brasileiro, e em especial da região em que se insere a escola, é uma História desconhecida por grande parte por eles.

A importância de levar para o ambiente escolar ações esclarecedoras que falem sobre temas favoráveis a identificação da origem cultural dos alunos, onde os mesmos desconhecem seus valores e desconhecem a sua história, passando aí a estabelecer preconceito e racismo por parte dos outros alunos simplesmente por desconhecer suas origens. Como diz Tuano e Vaz (2017, p. 206):

Compreendemos que o preconceito racial, muitas vezes refletido na escola entre os alunos, é fruto da falta de conhecimento, sendo assim, é fundamental que o professor trabalhe em sala de aula a consciência moral, ética e cultural, possibilitando o aluno o

desenvolvimento da capacidade de estabelecer valores e saberes e agir de forma coerente a eles. Desse modo antes de discriminar alguém por sua cor de sua pele, orientação sexual, ou preferência religiosa, o indivíduo tem condições de refletir sobre seus valores e princípios éticos.

Assim a temática das relações étnico-raciais na escola deve ser idealizada para buscar a aceitação, não só pelos professores, mas por todo o corpo discente, como forma de esclarecimento sobre a realidade vivenciada de cada aluno. Onde esses alunos encontrem nesse espaço o conhecimento adequado sobre si mesmo e que possa se defender diante das situações que se encontram atualmente.

Como forma de esclarecer sobre as questões que enfoquem a realidade da maioria desses alunos, os bolsistas tiveram como ações as atividades da escola que envolveram discussões sobre a cultura e as religiões de matriz africana e informações sobre o bumba-boi sotaque de zabumba e o tambor de crioula, já no campo das religiões foram trabalhados o candomblé e a umbanda. Trabalhar as manifestações culturais e religiosas como forma de identificação por parte desses alunos que aparentemente apresentavam desconforto em pertencer as regiões quilombolas foi uma tarefa delicada por destacar questões que pudessem levar conflitos dentro do ambiente escolar e entrar em contradição com o que tradicionalmente era trabalhado pelo currículo escolar, como o eurocentrismo presente dentro da história contada. Sobre essa questão Pires e Regis (2011, p.87) destacam que:

A perspectiva eurocêntrica que alicerça os currículos escolares, também está presente nas relações interpessoais no cotidiano escolar, que difunde normas, valores, comportamentos e atitudes preconceituosos e discriminatórios em relação a população negra, interferindo negativamente em seu desenvolvimento intelectual durante sua trajetória educacional. Essas ações incorporaram-se na aprendizagem dos educandos, sendo, portanto, integrantes dos currículos escolares.

A questão eurocêntrica dentro do currículo escolar é um dos desafios a serem superados. Assim o ambiente escolar passaria a ter como alvo uma educação que pudesse mostrar todos os ângulos da História, não valorizando apenas um lado da História. Com tudo fica a esclarecer a juventude negra, sobre sua história, muitos não se aceitam como negros, por vivenciarem atitudes da classe dominantes que só desvaloriza a história dos outros povos. Surgindo a obrigação de levar para a escola a questão das relações étnico-raciais,

Não obstante a importância do debate sobre a questão étnico-racial no processo de escolarização existe uma resistência em problematizar essa temática na escola. Muitos profissionais da educação dizem não perceber na escola conflitos ligados ao racismo, preconceito racial e discriminação racial, silenciando sobre essas questões. (PIRES; REGIS, 2011, p. 88).

De acordo com essa informação, falar que existe preconceito na escola é criar problemas, ninguém quer falar sobre isso, é desafiador um pensamento sobre a realidade existente no ambiente escolar no que diz respeito a discriminação racial. Visando esclarecer que negros e brancos devem ter direitos iguais, pois, os direitos de pertencerem ao mesmo ambiente escolar deve ser respeitado

por todos inclusive por eles mesmo, todos devem ter seu espaço reconhecido e valorizado. Pires e Regis (2011, p. 89) acrescentam que “A valorização constante dos brancos e a hierarquização dos estudantes devido a cor da pele, a textura de seus cabelos e descendência africana, contribuem para gerar nos estudantes negros a auto rejeição e o desejo de embranquecer.”

Criar uma nova ideia sobre sua identidade fica determinado como um desafio para a Educação das relações étnico-raciais, a mesma tendo se encaixado no currículo escolar necessita de ações mobilizadoras com a aproximação da sociedade para mudar esse pensamento de desigualdade, a educação das relações étnico-raciais juntamente com Lei 10.639/2003 não tem como objetivo de causar problemas entre as etnias, pode ser entendida como uma possibilidade de trabalhar algo referente ao cotidiano escolar, mas que não é trabalhado de forma adequada, podendo causar até desconforto, por ter que ver questões que envolvem preconceito e discriminação.

O silenciamento sobre o preconceito e a discriminação raciais nas escolas pode influenciar o processo de sociabilidade dos estudantes, mostrando diferentes lugares para os negros e brancos, além de apontar para o fato de pertencimento Étnico-Racial resulta em tratamento diferenciado na escola. O silêncio sobre essas situações é o mesmo que perpassa as relações Étnico-raciais na sociedade. (PIRES; REGIS, 2011, p. 89).

O silêncio, em certa medida, corrobora a perpetuação dessas práticas e destaca a dificuldade dos profissionais da educação em lidarem com as diferenças, em uma escola pautada pela homogeneização, não sendo fácil fingir a não existências de fatos como racismo e preconceito nesse ambiente. O pertencimento étnico-racial não é fácil, precisa-se de uma identificação e personalidade forte também, poucos são os adolescentes negros que se identificam como negros, é visível na escola as meninas negras que alisam os cabelos, os meninos negros que cortam os cabelos bem baixinho. Pouco são vistos com seus cabelos originais, dificultando assim a identificação com relação a sua etnia.

A partir disso, a conscientização da aceitação da identidade negra é um desafio para os pertencentes do projeto, de como trabalhar as relações étnico raciais dentro de uma escola onde a maioria dos estudantes de pele negra não necessariamente se veem como negros, isso marcou minha experiência de ter pertencido de um projeto voltado para as relações étnico- raciais, com intuito de estreitar a diferença entre o branco e negro, por exemplo, assim como demais diferenças sociais. Na formação como docente surgiu a necessidade de adequação sobre o meio em que está inserido a realidade presente no ambiente escolar, tendo que nos deparar com situações nunca imaginadas mais que existe ao longo de processo de formação.

### 3.2A visão dos bolsistas no cotidiano escolar.

Trabalhar com adolescentes foi um grande desafio, eles apresentaram mais resistência em relação a sua identidade, por exemplo, os valores étnicos não foram aceitáveis como, se falar de negro não fosse algo bom. O grande desafio está em parecer que o projeto veio para impor um História diferente da realidade, como se o que estávamos trabalhando na escola não fosse parte da própria origem dos alunos. Na verdade, o projeto se tratava da valorização da identidade pertencente aos alunos.

Neste momento, é necessário destacar que dentro do processo de implementação da Lei 10.639 (2003), seu acesso nas escolas pôde ser visto de maneira particular como uma questão problemática, mesmo sendo pautada e esclarecida como direito permitido por lei e que deve ser respeitada, me questiono por que essa dificuldade aparenta com um grau de não aceitação, como se pudesse ser tolerada para não causar problemas. Dentro do projeto houve a dificuldade em trabalhar questões voltadas para a cultura e as religiões de matriz africana e afro-brasileiras, ou seja, foram vistos de forma negativa, até mesmo atos mais bruscos como alunos pedindo para saírem da sala no momento da exposição do trabalho.

Foi notório o preconceito existente dentre esses assuntos. A cultura particularmente nada se sabia, expor essa parte teve a necessidade de buscar fontes que viessem esclarecer que a cultura Afro-brasileira conta uma parte da história dos afrodescendentes brasileiros, foi necessário trabalhar com vídeos, documentários, textos auxiliares que facilitasse o nosso trabalho. Na questão cultural foi trabalhado o tambor de crioula e o bumba-boi de zabumba dentro das festividades juninas da escola.

O tambor de crioula e bumba-boi de zabumba fazem parte da cultura popular da cidade de Pinheiro.

O tambor de crioula é forma de expressão de matriz afro brasileiro que envolve dança circular, canto e percussão de tambores. Seja ao ar livre, nas praças, no interior de terreiros, ou então associado a outros eventos e manifestações, é realizado sem local específico ou calendário pré-fixado e praticado especialmente em louvor ao São Benedito. Pode-se observar uma concentração maior nos períodos que correspondem ao carnaval e as festas de São João. (OLIVEIRA, 2011, p. 61).

Isso não quer dizer que o tambor de crioula foi aceito pela maioria, na escola, foi notado repulsa no momento em que se levou para a quadra da escola um grupo de tambor de crioula, de imediato se foi notado à saída dos alunos do pátio, lugar da apresentação. O mesmo aconteceu com o bumba-boi de zabumba. O Bumba-boi, “Sotaque de Zabumba: também conhecido como sotaque de Guimarães, por ter origem nessa região tem forte influência africana, utiliza (tambores grandes e graves), tambor de fogo, e tambor onça e maracá” (OLIVEIRA, 2011, p. 56).

O bumba boi, também uma manifestação cultural da cidade, apresenta-se como outros sotaques, tais como: orquestra, e teclado. O boi sotaque de zabumba, poucos queriam prestigia-lo como uma manifestação, por não se tratar de um som com instrumentos eletrônicos, por exemplo, parece que não souou bem aos seus ouvidos.

Fazer com que os alunos participassem das manifestações culturais de matriz africana não foi fácil, usamos de estratégias juntamente com os professores da escola como incentivo a receberem nota por participação. Nós bolsistas tivemos em nossas mãos o papel de levar para dentro da sala de aula, a cultura que hoje faz parte do calendário cultural da cidade, como um conteúdo escolar, trazendo a reflexão dos alunos sobre a história apresentada dentro das manifestações culturais exposta com significado amplo, que através, da escola pudesse de uma certa forma estabelecer uma identificação no que respeito a suas vidas cotidianas com o material de apresentação do trabalho.

O projeto PIBID interdisciplinar teve como tarefa levar informações para os alunos sobre parte da sua história e das relações étnico-raciais existentes na escola, isso nos possibilitou uma oportunidade de questionar sobre o impacto que esse projeto deu para formação desses adolescentes. As informações passadas a esses alunos tiveram uma interferência nos seus pensamentos, pois parte da sua história que deveria estar incluída no que é ensinado na escola pode ser passada através das atividades desenvolvidas, de forma positiva. Dentro dessa proposta, a implementação da lei 10. 639 (2003) veio no sentido de apontar caminho que rementem à realidade cotidiana desses alunos.

Enquanto ficamos no ambiente escolar foi possível observar as limitações existentes na escola, uma delas foi a falta de material didático que abordem a temática das relações étnico-raciais para os alunos. Se a escola não disponibilizava de material didático necessário, chegar nesse ambiente dizendo que existe uma lei que por direito estabelecido inclui o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares sem dúvida foi um desafio enorme tivemos que encarar.

### **3.3 O material didático da Cor da cultura.**

A escola José de Anchieta dispunha de um material voltado para a educação das relações étnico-raciais, o material “*Da cor da cultura*”<sup>3</sup>, era pouco trabalhado na escola, mas os bolsistas tiveram acesso desse material que nos ajudou a contar sobre a História da África. Esse material

---

<sup>3</sup> A Cor da Cultura é um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileiro. O projeto teve seu início em 2004 e desde então, tem realizado produtos audiovisuais, ações culturais e coletivas, valorizando a história deste segmento em ponto de vista afirmativo. (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, c2013)

incluía vídeos, livros DVDs (Foto 2), também serviu como material para minicurso na Semana da Consciência Negra no ano de 2017 no campus UFMA Pinheiro Ministrado pela coordenadora Maria da Guia Viana.

Foto 2 - Material da cor da cultura



Fonte: Ferraz (2016b)

Assim, foi possível trabalhar esse material que serviu de ampliação para enriquecimento do projeto. Além de expor para a comunidade acadêmica da existência desse material, que só tivemos acesso por conta do projeto, ou seja, foi possível notar que a escola beneficiada do material desconhecia o tal ou se conhecia não era apresentado em seus trabalhos em sala de aula pelos professores. Fica a questão aberta sobre o porquê da não utilização desse material já que era ofertado para a escola. Não seria daí uma rejeição notável por parte dos gestores da escola sobre esse assunto, ou seria somente falta de informação precisa desse material, assim como a lei 10.639 (2003), tem sua implementação, mas não é necessariamente adaptada a realidade dessa escola. Por outro lado, o projeto PIBID Interdisciplinar veio somar dentro da proposta de trabalhar as relações étnico-raciais se encaixando de forma positiva na realidade vivida pelos alunos.

A necessidade de manusear o material da cor da cultura surgiu também com a vontade de conhecer o material de perto. Com isso foi oferecido para os bolsistas do projeto, um minicurso (Foto 3) que esclarecesse e tirasse as dúvidas existentes sobre como utilizar o material na escola, já que os alunos da escola e bolsistas do programa não conheciam, com a finalidade de promover a compreensão e uso do mesmo. Para supri essa necessidade, a coordenadora e professora Maria da Guia, fez com que essa tarefa fosse efetuada, ofertando para ao corpo acadêmico voltado especificamente para as áreas de Ciências Humanas e Naturais do Campus Pinheiro na Semana da Consciência Negra um minicurso, como demonstrado na imagem a seguir:

Foto 3 – Minicurso para conhecer o material da cor da cultura.



Fonte: Ferraz (2016c)

Como pode ser notado na imagem houve uma ampla participação dos acadêmicos da UFMA- Campus Pinheiro, dentro do minicurso, esse serviu não só para os bolsistas mas houve uma atenção maior por acadêmicos da universidade que eram professores de escolas da rede pública da cidade a procurarem se as mesmas tinham esse material disponível. Levando assim, o conhecimento além dos bancos escolares da academia para sociedade, devido essas informações obtidas pôde se dizer que o projeto alcançou mais um dos seus objetivos como o de levar informações precisas no que diz respeito a educação das relações étnico raciais além dos bancos escolares.

Além de ir para a escola e conversar com os professores da importância do projeto PIBID Interdisciplinar, não deixo de destacar a dificuldade em trabalhar algumas das religiões de matriz africana, houve uma não aceitação por parte dos alunos, que apresentavam desconhecimento sobre referências as religiões afro-brasileiras. Chegar à sala de aula e apresentar algumas religiões como, o candomblé<sup>4</sup>, e a umbanda<sup>5</sup> por serem mais populares na cidade, era como se tivéssemos expondo algo impróprio, mesmo com a utilização de vídeos e documentários sobre o assunto falar da temática não foi algo fácil, tivemos pouca aceitação por parte dos alunos.

O trabalho com as religiões afro-brasileiras foram uma das temáticas desenvolvidas nas atividades dos bolsistas na escola, falar dessas religiões é ao mesmo tempo uma forma de contar a trajetória dos povos que compõem a História do povo brasileiro e isso não está distante da vida dos estudantes da escola, público alvo do projeto. De maneira cordial os alunos nos ouviram, mas ao perguntarmos se identificavam com tais religiões, por pouco não chegamos a causar polêmicas

<sup>4</sup> O candomblé surgiu nos quilombos, que muitas vezes, tinham localizações secretas. Funde em muitos aspectos, religiões africanas e indígenas num único culto, fortalecendo ainda mais o sincretismo”. (GARLINI; MALACARNE, 2015, p. [7]). O candomblé assim como a pajelança, outra religião de matriz africana, mas essa voltada para a ‘cura’ com referência indígena, é uma religião muito vista no Maranhão, e na cidade de Pinheiro ainda se vê a prática dessas religiões em algumas regiões da cidade e até mesmo em alguns povoados quilombolas nos arredores da cidade.

<sup>5</sup> Também a umbanda não é diferente ver as características associadas ao sincretismo. Como vem dizer Garlini e Malacarne (2015, p. [8]) “a umbanda outra religião de matriz africana, nasceu no Brasil, mais exatamente no Rio de Janeiro, no século XVII, trazida nas experiências e características do candomblé do Nordeste brasileiro. Essa religião tem como entidade principal o Cablôco e o culto aos orixás. Para os participantes da Umbanda os orixás são reconhecidos como espíritos evoluídos, o que se constitui como princípio de distinção com o culto Candomblé”.

difíceis de serem contornadas. Falar de religião no ambiente escolar principalmente as de matriz africana ainda é um tabu a ser superado, muitos alunos ainda veem esse aspecto da nossa cultura como algo negativo.

Contudo introduzir essa temática dentro do conteúdo escolar sem uma preparação, pode ser trágico, levando a causar conflitos nesse espaço o que não era a proposta do trabalho. Para isso tivemos ajuda do professor e coordenador do projeto o Professor Dr. Ítalo Domingos Santirocchi, onde ministrou uma palestra sobre religiões e religiosidades para os alunos na Universidade Federal do Maranhão- UFMA- Campus Pinheiro, momento em que os alunos da escola José de Anchieta tiveram na universidade. Esse também era a proposta do trabalho, levar os alunos para o espaço acadêmico na universidade.

No entanto, ainda há muito preconceito e discriminação em relação as religiões de matriz africana na sociedade e isso é refletido na escola, mesmo sabendo que o aluno como já foi mencionado pertencerem a regiões quilombolas, sabem o que são essas religiões, mas aparentemente sentiram receio de falar sobre qualquer coisa sobre o assunto. Dessa forma foi necessário abordar essa questão, e vimos o grau de dificuldade que é falar sobre religião dentro do ambiente escolar, nascendo aí a necessidade de explanação do conteúdo votado para as relações étnico raciais.

A maior parte da população brasileira ainda ignora o verdadeiro significado das manifestações religiosas de matriz africana e talvez por isso as discriminem, combatendo-as com preconceito e medo de quem combate o mal, de quem luta contra o Diabo. (FERRETTI, 2015, p. 99).

De acordo com essa informação, o preconceito em relação a essas religiões é visivelmente no ambiente escolar. O não conhecimento sobre essas religiões. Por isso são mal interpretadas. Por serem religiões proselitistas, aquelas que não convencem a segui-las, mas que causa desprezo nas pessoas.

Confundidas intencionalmente com feitiçaria, as religiões afro-brasileiras foram alvo de perseguição policial em todo o território brasileiro, de Norte a Sul. Perseguição essa intensificada de acordo com quem estava à frente do poder, especialmente no âmbito executivo. (FERRETTI, 2015, p. 100).

Segundo essa informação, existe a hipótese de tantos preconceitos e discriminações, isso com certeza esse conceito veio sendo repassado com o passar do tempo pelas pessoas não adeptas a essas religiões, e até hoje são vistas como culto a coisa do mal. E é na escola onde esse feito causa um impacto maior, por ser um ambiente de inclusão, mas que sofre tanto para se adequar como um ambiente de igualdade social como um todo.

Não deixando de mencionar que ao longo de participação do projeto em questão, houve como eixo de ações desenvolvidas com assuntos quem vinham sempre ter relações com a temática do projeto, essas tendo que se encaixar dentro do currículo escolar, como conteúdos didáticos. Ao

longo das atividades a temática da cultura e religião africana foi uma das que tivemos mais desafios para executar, visto que muitos alunos tinham resistência a temática e pela forte influência do protestantismo atualmente na cidade de Pinheiro-MA.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consideramos que dentro das experiências vivenciadas dentro do projeto PIBID Interdisciplinar, foram estabelecidas ações integradoras entre a universidade e a escola visando mudar a realidade em relação a temática étnico-racial. Como demonstrado ao longo do trabalho, tivemos muitos desafios, seria injusto falar dos caminhos do projeto sem falar dos desafios como o de trabalhar as religiões de matriz africana.

Na prática contar um pouco da história de outros povos incluindo a história cultura, costumes, tradições e religião do povo negro é algo complicado, pois, dentro da nossa realidade ainda temos muita resistência de aceitação da identidade negra.

O projeto PIBID Interdisciplinar pode não ter atendido todos os seus objetivos, mas, dentro de uma realidade complexa e diversa como a escola em que foi aplicado o projeto teve como principal objetivo o de transformação social da igualdade entre as etnias ainda que tenha muito para se conquistar dentro da sociedade preconceituosa e racista.

A implementação da Lei nº 10.639 (2003), eixo fundamental do trabalho, serve de incentivo para contornar a desigualdade existente entre os povos étnicos, mas que precisa de uma atenção maior e precisa ser conhecida e apresentada para a sociedade, onde foi possível notar que até mesmo dentro do espaço acadêmico, não tem informações precisas em relação a essa lei. Digo, como experiência de ter visto sobre essa lei a partir do pertencimento no projeto.

Nesse contexto, O projeto PIBID interdisciplinar, veio para somar em relação as novas formas de aprendizagem, contando um pouco sobre a temática das relações étnico-raciais, um assunto que deve fazer parte do currículo escolar, mas que vem enfrentando desafios, junto com o preconceito que parece já fazer parte da nossa cultura.

Vale ressaltar que, por mais que encontramos desafios em meio a novos conteúdos que devem ser aprendidos na escola sempre existe um espaço para o novo como forma de mudança e mobilização social. Enquanto houver pessoas com pensamento de mudanças, principalmente em prol de ações positivas que possam desenvolver dentro da sociedade como sempre haverá a esperança, isso é necessário principalmente dentro da educação que infelizmente se apresenta como um dos maiores desafios até chegar ao desejado, ou seja, uma educação pública de qualidade, com respeito a diversidade e formadora da aceitação de novos ideais.

No entanto, como proposta inovadora, as leis vigentes dentro da nossa constituição que elas possam valer de fato, que a sociedade não fique no comodismo, que busquem informações dobre direitos e deveres.

A proposta de uma nova educação com políticas e interesses sociais, que podem ser adotados como avanço no meio educacional, sem dúvida teria que ser reconhecida com mais respeito, e não ser vista como obstáculo dentro do ambiente escolar. Por isso, entende-se que o projeto PIBID Interdisciplinar teve como missão trabalhar a implementação da lei 10.639 (2003) na realidade da escolar.

Contudo, o sentido do trabalho em destaque foi de levar a reflexão sobre questões que envolvesse a educação como inovadora, com inclusão nos currículos escolares e a efetivação da lei nº 10.639/2003 e o impacto que o Projeto PIBID interdisciplinar teve dentro do espaço escolar.

Portanto, esses são alguns pontos que quero deixar em destaque, como forma de relato de experiência vivida dentro do projeto PIBID Interdisciplinar, que em meio a tantas dificuldades enfrentas ao longo do seu percurso deixou registros na escola e na formação de muitos bolsistas do programa.

## REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC; SECADI, 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF; Presidência da República, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 24 set. 2019.

FERRAZ, Ana Luzia Costa. **História da África e dos Afro descendentes no contexto escolar: uma experiência do PIBID interdisciplinar do Campus UFMA de Pinheiro e a Escola José de Anchieta**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Humanas- História) – Centro de Ciências Humanas, Naturais, Saúde e Tecnologia, Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro, 2018.

FERRAZ, Ana Luzia Costa. [ **Apresentação do grupo de capoeira**]. 2016a. 1 fotografia.

FERRAZ, Ana Luzia Costa. [ **Material da cor da cultura**]. 2016b. 1 fotografia.

FERRAZ, Ana Luzia Costa. [Mini curso para conhecer o material da cor da cultura]. 2016c. 1 fotografia.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha (org.). **Um estudo de caso de polícia! Pajelança e religião afro-brasileiras no Maranhão 1976-1977**. São Luís: EDUFMA, 2015.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Conheça o projeto**. [Rio de Janeiro]: Fundação Roberto Marinho, c2013. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/>. Acesso em: 4 dez. 2019.

GARLINI, Dilma Rovaris; MALACARN, Vilmar. Candomblé e umbanda: mitos e verdades. *In*: GARLINI, Dilma Rovaris. Cascavel: Superintendência da Educação, 2014.p.[1-16]

GOMES, Nilma Lino (org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relação étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº10.639/03**. Brasília, DF: MEC: Unesco, 2012.

KUBOYANA, Rei; URRUTIA, Isadora Sandrine; CARVALHO, Ana Flávia de. Aplicação prática do PIBID interdisciplinar na formação de Professores. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 8., 2014, Sorocaba. **Anais [...]**. Sorocaba: Uniso, 2014. Disponível em: [https://uniso.br/publicacoes/anais\\_eletronicos/2014/1\\_es\\_formacao\\_de\\_professores/49.pdf](https://uniso.br/publicacoes/anais_eletronicos/2014/1_es_formacao_de_professores/49.pdf). Acesso em: 4 dez. 2019.

OLIVEIRA, Joana Abreu Pereira de. **Módulo 26: arte e cultura popular**. Brasília, DF: Artecor, 2001.

PIRES, Álvaro Roberto; REGIS, Kátia. Os desafios e as possibilidades da Lei nº 10.639/2003. *In*: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Educação das Relações Étnico-raciais**. São Luís: UFMA, 2011. cap. 10, p. 93-115. (Curso de Formação Continuada: Rede Diversidade). Inclui os módulos 1 e 2.

RAUSCH, Rita Buzzi; FRANTZ, Matheus Jurgen. Contribuição do PIBID a formação inicial de professores na compreensão de licenciandos bolsistas. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 8, n. 2, p. 620-641, maio/ago. 2013. DOI <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2013v8n2p620-641>. Disponível em: [proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/3825/2425](http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/3825/2425). Acesso em: 1 out. 2019.

TUANO, Nadiele Elias Farias; VAZ, Marta Rosani Taras; O racismo no contexto escolar e a prática docente. **Debates em educação**, Maceió, v. 9, n. 18, p. 204-216, maio/ago. 2017. Disponível em: [seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/3151](http://seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/3151). Acesso em: 29 nov. 2019.

VIANA, Maria da Guia. **Os desafios da implementação da Lei Federal nº 10.639/03: entre as ações da política nacional de promoção da igualdade racial e política educacional do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2015.